

A photograph of a person from behind, wearing a brown jacket and a headband made of tinsel. Their right arm is raised with a clenched fist. They are in a crowd of people at night, with many blurred lights in the background.

CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES

DO ASSOCIATIVISMO PERIFÉRICO:

O QUE A FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO TEM A DIZER



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



Victoria Lustosa Braga, Ruan Bernardo de Brito e Paulo César Ramos



EXPEDIENTE

Realização:

Reconexão Periferias - Fundação Perseu Abramo
Coordenação do Projeto: Paulo César Ramos

Equipe Reconexão Periferias:

Artur Henrique, Barbara Santos, Danilo de Souza Moraes, Darlene Testa, Matheus Toledo, Rose Silva, Ruan Bernardo de Brito e Silvana Reis de Lima

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidente: Brenno Cesar Gomes de Almeida

Elen Coutinho, Monica Valente, Naiara Raiol, Alberto Cantalice, Alexandre Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar, Valter Pomar.

Conselho Reconexão Periferias

Carol Bispo, Claudinho Silva, Daniel Teixeira, Dione Silva, Douglas Belchior, Eduardo Ribeiro dos Santos, Érica Peçanha, Helena Wendel Abramo, Ingrid Farias, Kian Lemos, Laís Wendel Abramo, Lamartine Silva, Nazaré Cruz, Renato Freitas e Tainá de Paula.

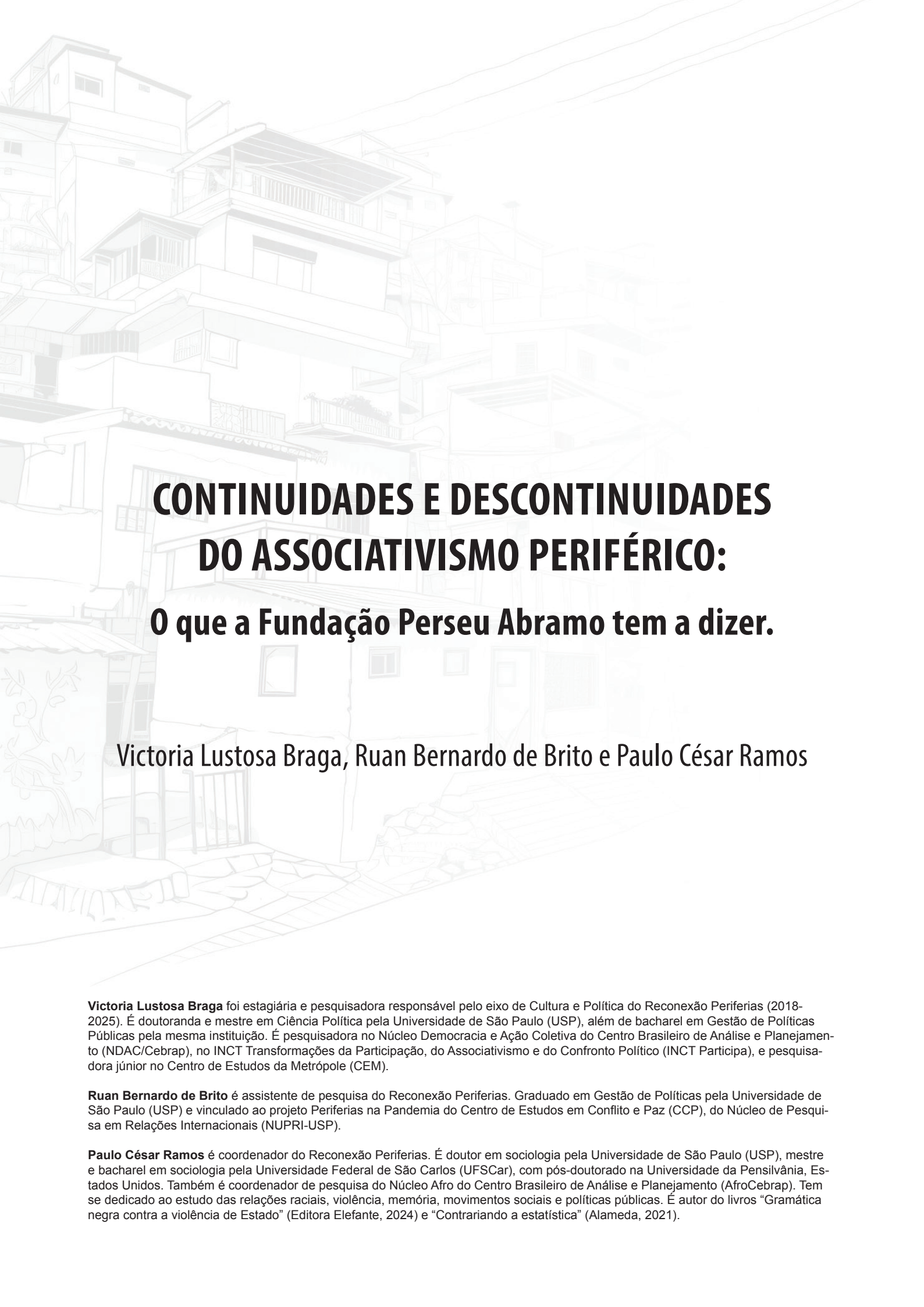
Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana

04117-091 São Paulo – SP

Fone: (11) 5571 4299

www.fpabramo.org.br



CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES DO ASSOCIATIVISMO PERIFÉRICO:

O que a Fundação Perseu Abramo tem a dizer.

Victoria Lustosa Braga, Ruan Bernardo de Brito e Paulo César Ramos

Victoria Lustosa Braga foi estagiária e pesquisadora responsável pelo eixo de Cultura e Política do Reconexão Periferias (2018-2025). É doutoranda e mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), além de bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela mesma instituição. É pesquisadora no Núcleo Democracia e Ação Coletiva do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (NDAC/Cebrap), no INCT Transformações da Participação, do Associativismo e do Confronto Político (INCT Participa), e pesquisadora júnior no Centro de Estudos da Metrópole (CEM).

Ruan Bernardo de Brito é assistente de pesquisa do Reconexão Periferias. Graduado em Gestão de Políticas pela Universidade de São Paulo (USP) e vinculado ao projeto Periferias na Pandemia do Centro de Estudos em Conflito e Paz (CCP), do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NUPRI-USP).

Paulo César Ramos é coordenador do Reconexão Periferias. É doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), mestre e bacharel em sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com pós-doutorado na Universidade da Pensilvânia, Estados Unidos. Também é coordenador de pesquisa do Núcleo Afro do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (AfroCebrap). Tem se dedicado ao estudo das relações raciais, violência, memória, movimentos sociais e políticas públicas. É autor dos livros "Gramática negra contra a violência de Estado" (Editora Elefante, 2024) e "Contrariando a estatística" (Alameda, 2021).



INTRODUÇÃO

Este é um estudo que explora os contextos, razões e desafios por trás da descontinuidade das trajetórias de organizações localizadas nas periferias de todo o país. A Fundação Perseu Abramo, por meio da área Reconexão Periferias, realiza desde 2018 o Mapeamento de Movimentos Sociais e Coletivos das Periferias Brasileiras, que hoje reúne mais de mil organizações¹. As entidades mapeadas atuam nos eixos que também estruturam a Reconexão: Cultura, Trabalho e Violência.

Este produto é o segundo de uma série de informes sobre o Mapeamento. O primeiro deles, lançado em março de 2025, tratou das organizações que não participam de espaços institucionais de interlocução com o Estado². Já este segundo estuda especificamente as organizações cadastradas no Mapeamento que deixaram de existir segundo a última atualização, realizada entre o fim de 2024 e o início de 2025. Tratam-se de 90 entidades, o que representa 9% do total de mil organizações mapeadas até o início de 2025.

Em 2021, após três anos do início do mapeamento, realizamos um processo de atualização com a finalidade de verificar se as entidades até então cadastradas continuavam existindo. Na época, eram 815 organizações, das quais 792 foram localizadas (97%). Entre elas, 761 continuavam existindo (93%), 17 tinham deixado de existir (2%), 7 estavam temporariamente paralisadas por motivos não necessariamente relacionados à pandemia (0,8%) e 7 estavam aguardando o fim da pandemia para pensar sua continuidade (0,8%). Em 2024, seis anos após o início da Reconexão e

1. Para mais informações sobre o Mapeamento de Movimentos Sociais e Coletivos das Periferias Brasileiras, acessar <<https://fpabramo.org.br/reconexaoperiferias/eixo/cultura/>>

2. Informe “Participação institucional e periferias – Informe a partir do Mapeamento de movimentos sociais e coletivos das periferias brasileiras” Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2025/03/10/reconexao-periferias-divulga-estudo-sobre-participacao-institucional-de-organizacoes-perifericas/>

do mapeamento, repetimos esse processo de atualização, que se estendeu até o início de 2025. Foram localizadas 947 organizações, das quais 90 deixaram de existir. É sobre essas organizações que o informe se debruça nas próximas páginas.

Para isso, o texto está organizado em cinco seções. Esta introdução apresenta, de forma sintética, o **Mapeamento de Movimentos Sociais e Coletivos das Periferias Brasileiras**, a pesquisa específica sobre as discontinuidades do associativismo periférico, nossa concepção de periferias e os aspectos metodológicos do estudo. Em seguida, traz um panorama geral das mil entidades mapeadas. A terceira e quarta seções detalham e analisam os dados obtidos nas duas fases da pesquisa. Por fim, as considerações finais destacam as principais contribuições deste informe.

A pesquisa que deu origem a este documento foi feita em duas etapas diferentes, que correspondem às duas partes principais do informe. Primeiro, analisamos dados predominantemente quantitativos, oriundos do mapeamento dessas 90 organizações, com foco nas dimensões em que estas se diferenciam do padrão geral dos mil mapeados, na tentativa de compreender fatores e características que podem estar relacionadas à discontinuidade do associativismo periférico. Depois, nos debruçamos sobre o material coletado em entrevistas, que foram realizadas com 13 ex-representantes de entidades que, segundo a atualização realizada entre 2024 e 2025, haviam deixado de existir³. As entrevistas foram realizadas pela equipe da Reconexão entre maio e junho de 2025.

Apesar da ampla produção sobre as formas de associativismo no Brasil e dos estudos já realizados sobre ações coletivas em territórios periféricos, ainda sabemos pouco sobre os fatores que influenciam nas continuidades e discontinuidades dessas iniciativas. A discontinuidade, aqui, assume diversas formas: vai da interrupção temporária das atividades até a extinção das organizações. Como será possível visualizar no decorrer do informe, a discontinuidade não é fixa, há organizações que, na época da atualização, afirmaram ter deixado completamente de existir mas, nas entrevistas, revelaram tentativas atuais de retomar seus trabalhos.

É sabido que, embora caracterizados por um enorme potencial de transformação cultural e política (Santos *et al.*, 2018), grupos atuantes nas periferias enfrentam múltiplos desafios cotidianos — desde dificuldades de formalização e escassez de recursos financeiros até barreiras no acesso a espaços institucionais. Compreender de que maneira esses obstáculos se relacionam com a discontinuidade das entidades e identificar os principais fatores que levam à interrupção das atividades nos territórios é fundamental para todos aqueles comprometidos com o fortalecimento das periferias brasileiras.

3. Assim como ocorre em outros produtos divulgados sobre o Mapeamento, o nome dessas entidades e das pessoas entrevistadas não serão divulgados neste informe, buscando garantir o acordo estabelecido entre as organizações mapeadas e o Reconexão Periferias.

1. Mapear os movimentos sociais nas periferias do Brasil

As periferias são aqui compreendidas levando em consideração sua pluralidade, a partir dos fatores que estruturam a sua exclusão de espaços de poder e reconhecimento. Desse modo, a categoria “periferia” não se restringe às periferias e favelas urbanas normalmente analisadas, mas também contempla outros grupos e territórios geograficamente distantes dos centros urbanos e, mais importante, politicamente distantes dos espaços de tomada de decisão. Essa concepção alargada de periferias, formulada em Ramos et al. (2023), é fruto do Mapeamento e das centenas de entrevistas e encontros realizados pela Reconexão com as organizações dessa rede ao longo dos últimos anos.

Entre as entidades mapeadas em todas as unidades federativas do Brasil, em territórios urbanos e rurais, há uma diversidade de formas organizacionais que caracterizam a onipresença e a plasticidade dos associativismos periféricos. Temos movimentos sociais, coletivos, ONGs, associações, institutos etc., que se dedicam a uma gama variada de temáticas: grupos culturais de distintas linguagens como hip-hop, slam, poesia, quebradeiras de coco, circo e outros; organizações territoriais como associações de bairro; grupos de comunidades rurais, quilombolas e indígenas; organizações de educação popular como cursinhos pré-vestibular e coletivos universitários; organizações que oferecem esporte e lazer; grupos de apoio às vítimas e familiares de vítimas da violência; grupos LGBTQIA+ e muitos outros. Essa variedade de regiões, formas organizacionais e temáticas evidencia a pluralidade das periferias e dos associativismos periféricos.

2. Nota metodológica

O mapeamento é realizado pela metodologia de bola de neve, ou seja, toda entidade mapeada indica outras organizações para serem contatadas. Como é característico de pesquisas baseadas nesta opção metodológica, o mapeamento de organizações sociais das periferias não produziu uma amostragem estatística representativa aleatória desses grupos, uma vez que não há um universo exato a ser representado. O banco possui, inevitavelmente, um viés oriundo de sua metodologia de pesquisa. Ainda assim, trata-se de um conjunto de dados com uma quantidade significativa de entidades, principalmente se considerada a diversidade e profundidade de informações coletadas.

Para o controle de critérios mínimos de representação, foram estabelecidas metas de mapeados por unidade da federação, levando em conta dados populacionais e a distribuição de organizações mapeadas nos três eixos temáticos, buscando garantir ao menos diversidade regional e temática. Para iniciar esse trabalho, a equipe, composta por especialistas e militantes de pautas relacionadas às periferias, realizou, em 2018, um levantamento de organizações estratégicas. Essas organizações foram qualificadas como “sementes” e possibilitaram a ampliação dos contatos, gerando os “frutos” (con-

tatos de novas organizações para novas rodadas). O levantamento das “sementes” teve como ponto de partida as três áreas da Reconexão. Foi apresentada pelo menos uma “semente” por unidade da federação, sendo 28 de cultura, 32 de trabalho e 19 de violência, totalizando 79 organizações, das quais 51 foram entrevistadas. Essa rodada do mapeamento de sementes gerou indicações e a pesquisa foi realizada sucessivamente deste modo até o presente momento.

A primeira fase da pesquisa que gerou este informe foi realizada a partir da análise dos dados oriundos de um questionário com 48 perguntas, aplicado para a realização de todos os mapeamentos. A maior parte dos mapeamentos foi feita por intermédio de entrevistas por telefone com membros das entidades. As perguntas do questionário estão relacionadas a: informações básicas sobre as entidades (seu objetivo e prioridade, tipo de organização, UF, município, endereço, âmbito de atuação, ano de fundação, quantidade de pessoas envolvidas etc), temas de atuação, tipos de atividades realizadas, público mobilizado, tipos de cerceamento enfrentados (como machismo, racismo e LGBTQIfobia), espaço utilizado para a realização de atividades, parcerias, filiação a redes e fóruns, participação na produção de políticas públicas, relação dos membros com partidos políticos, formas de financiamento, meios de divulgação, bandeiras de luta e outros.

Já a segunda fase, de entrevistas, foi realizada com base em um roteiro semi-estruturado de 10 perguntas, formulado especificamente para este fim. As perguntas abordavam temas relacionados aos: motivos de criação das entidades, registro ou não com CNPJ, tempo de existência, principais atividades desenvolvidas, participação da comunidade nas atividades, participação em espaços institucionais e em editais de fomento, principais desafios enfrentados, impactos da pandemia, episódios de repressão enfrentados, apoios financeiros e institucionais recebidos, avaliação do que seria necessário para que a entidade continuasse ativa e outros complementos à escolha da pessoa entrevistada.

UM BREVE PARÂMETRO DO MAPEAMENTO: DADOS SOBRE AS MIL ORGANIZAÇÕES

Entre as mil mapeadas entre 2018 e 2024, 515 são enquadradas no eixo de cultura, 253 no eixo de trabalho e 232 no eixo de violência⁴. Em relação aos tipos de organização, 28% se autodeclaram coletivos, 19% ONGS, 17% associações, 13% coletivos artísticos, 13% movimentos sociais, 7% institutos, 1% fóruns, 1% sindicatos, 1% fundações e 1% cooperativas. Essas entidades estão presentes em todas as unidades da federação, conforme a tabela abaixo⁴.

Quadro 1. Distribuição das organizações mapeadas por UF

UF	Número de organizações
AC	24
AL	28
AM	32
AP	26
BA	62
CE	42
DF	21
ES	21
GO	22
MA	24
MG	61
MS	28
MT	24
PA	32
PB	22
PE	50
PI	23
PR	40
RJ	66
RN	22
RO	25
RR	20
RS	59
SC	21
SE	22
SP	161
TO	22
Total	1000

Fonte: Elaboração própria a partir do Mapeamento de Coletivos e Movimentos Sociais das Periferias Brasileiras, Reconexão Periferias, FPA.

4. Essa divisão em três eixos, que são também os eixos da Reconexão Periferias, é realizada pela equipe. É importante destacar que a maioria das entidades atua de forma interseccional, contemplando mais de uma área, o que se torna ainda mais evidente quando questionamos quais os três principais temas de atuação da organização.

5. Destacamos que a maioria das organizações mapeadas estão concentradas nas capitais, por consequência da metodologia selecionada para o desenvolvimento do mapeamento. No entanto, a equipe atualmente se prepara para um processo de interiorização da pesquisa.

No que se refere ao âmbito de atuação e abrangência, 33% atuam nas cidades, 31% nos estados, 17% em âmbito nacional, 15% nos bairros e 5% em âmbito internacional. Seus temas de atuação são diversos, mas cabe especificar os mais citados: direitos humanos (89%), educação (86%), políticas culturais (78%), luta antirracismo (78%), violência (75%), feminismos (71%) e trabalho (70%). Quando indagamos sobre os três temas principais, os mais frequentes são educação (40%), direitos humanos (39%), luta antirracismo (32%) e políticas culturais (29%).

Em relação ao ano de fundação, há organizações cuja criação antecede os anos 1980 (4%), outras que foram criadas nas décadas de 1980 (7,3%), 1990 (12%), na década de 2000 (25,4%) e entidades que datam do período mais recente, criadas a partir de 2010 (51%).

Elas realizam diversos tipos de atividade, como reuniões (63%), oficinas (63%), apresentações artísticas (47%), ensaios/oficinas/aulas artísticas (44%), formação (44%), atendimentos (34%), cursos (30%) e outros. Tal diversidade de atividades contrasta com o número de pessoas que compõem as entidades mapeadas. Mais da metade (56%) conta com um quadro de 1-15 pessoas, 20% funcionam com o trabalho de 15-30 pessoas. Apesar do quadro relativamente pequeno, as organizações mapeadas possuem uma mobilização relevante em suas atividades regulares: 23% mobilizam entre 20-40 pessoas, 17% entre 1-20, 14% entre 40-60, 12% de 100-200, e 10% mais de 500 pessoas. As atividades são dirigidas para as cidades (27%), estados (24%), região da cidade (21%), bairro (18%), para o âmbito nacional (9%) ou para o âmbito internacional (2%). Diversos tipos de espaços são utilizados: emprestados/cedidos (58%), públicos (53%), próprios (41%), virtuais (16%) e ocupações (11%).

Os tipos de cerceamento enfrentados cotidianamente para o desenvolvimento das atividades são muitos: o racismo foi relatado por 59% das entidades, machismo por 52%, fundamentalismo e/ou intolerância religiosa por 38%, repressão policial por 37%, LGBTQIfobia por 36%, xenofobia por 20% e enfrentamento com grupos privados armados por 11%.

De modo geral, as organizações mapeadas compõem redes maiores: 77% participam das atividades de outras organizações e 55% possuem filiação a alguma rede ou fórum. 28% participam de redes ou fóruns estaduais, 26% nacionais, 22% municipais e 4% internacionais. 53% participam ou já participaram de conselhos de participação e controle social, 54% já participaram de algum edital de fomento ou dos processos de formulação, execução ou o monitoramento de alguma política pública para sua área de atuação e 35% responderam positivamente às duas questões sobre participação. Em 49% das organizações os membros mantêm relações regulares com partidos políticos.

No que se refere às formas de financiamento, 58% possuem estratégias de autofinanciamento, 41% de financiamento coletivo, 26% de financiamento público-estatal, 24% de financiamento privado de pessoa jurídica e 17% de financiamento privado de pessoa física.

PARTE 1: SOBRE ORGANIZAÇÕES QUE DEIXARAM DE EXISTIR

Conforme a seção que apresentou um parâmetro geral sobre o mapeamento, as organizações mapeadas não se distribuem de forma igualitária pelos estados brasileiros. Porém, observando as organizações que deixaram de existir entre o total de organizações mapeadas distribuídas por unidade da federação, alguns estados se destacam, são eles: Amapá, onde 34,62% das entidades mapeadas deixaram de existir; Goiás, onde esse número equivale a 22,73%; e Santa Catarina, com 19% das organizações mapeadas descontinuadas. Importante mencionar também que em Mato Grosso do Sul, Roraima e Sergipe nenhum grupo mapeado deixou de existir. Esse dado pode ser melhor observado no mapa abaixo:

Mapa 1: Porcentagem de organizações que deixaram de existir por UF.⁶

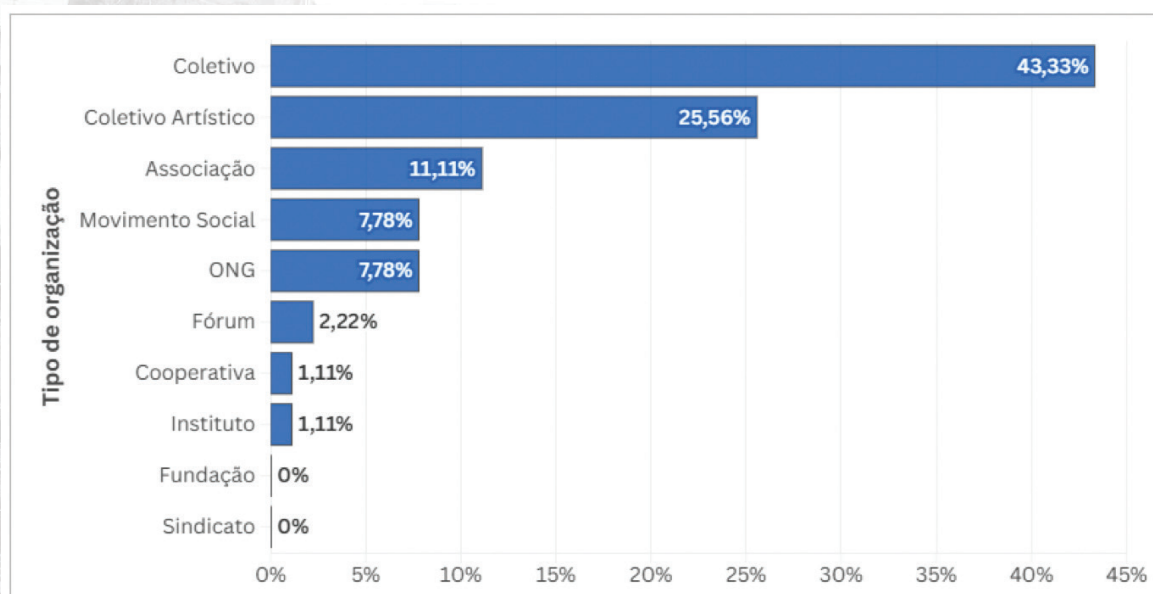


Fonte: Elaboração própria a partir do Mapeamento de Coletivos e Movimentos Sociais das Periferias Brasileiras, Reconexão Periferias, FPA.

6. Sobre as organizações que deixaram de existir por região: Norte: No AC, 12,5% das organizações mapeadas deixaram de existir; no AM, 6,2%; no AP, 34,6%; no PA, 3,1%; em RO, 4%; em RR, 0%; no TO, 9%; Nordeste: Em AL, 10,7% das organizações mapeadas deixaram de existir; na BA, 3,2%; no CE, 9,5%; no MA, 8,3%; na PB, 13,6%; no PE, 12%; no PI, 4,3%; no RN, 9,1%; no SE, 0%; Centro-oeste: No DF, 4,76% das organizações mapeadas deixaram de existir; no GO, 22,73%; no MS, 0%; no MT, 4,17%; Sudeste: No ES, 9,52% das organizações mapeadas deixaram de existir; no MG, 3,28%; no RJ, 9,1%; em SP, 11,18%; Sul: No PR, 10% das organizações mapeadas deixaram de existir; no RS, 10,1%; em SC, 19%.

A Reconexão adota uma concepção ampliada de cultura, que não se restringe à sua dimensão artística, mas enfatiza sobretudo o entrelaçamento entre cultura e política nos territórios e no associativismo periférico (Braga, 2023; Santos et al., 2019). Sabe-se que os coletivos culturais ocupam um papel central nesse associativismo e que suas lutas agregam diversas pautas, mas é importante destacar que a cultura — especialmente em sua dimensão política — permeia de maneira mais ampla a atuação dos grupos periféricos. A maioria das 1000 mapeadas foram enquadradas pelo Reconexão no eixo de cultura (52%) e trabalham com a cultura em sua face mais artística e/ou mais política. Entre aquelas que deixaram de existir, essa proporção é ainda maior e equivale a 64%. Outro dado nos faz suspeitar que se tratam predominantemente de grupos culturais ou nos quais a cultura desempenha um papel fundamental: 43% são coletivos e 26% são coletivos artísticos, enquanto entre os mil mapeados os coletivos são apenas 28% e os coletivos artísticos são 13%. A distribuição do tipo de organização no conjunto dessas noventa entidades pode ser visualizada no gráfico abaixo:

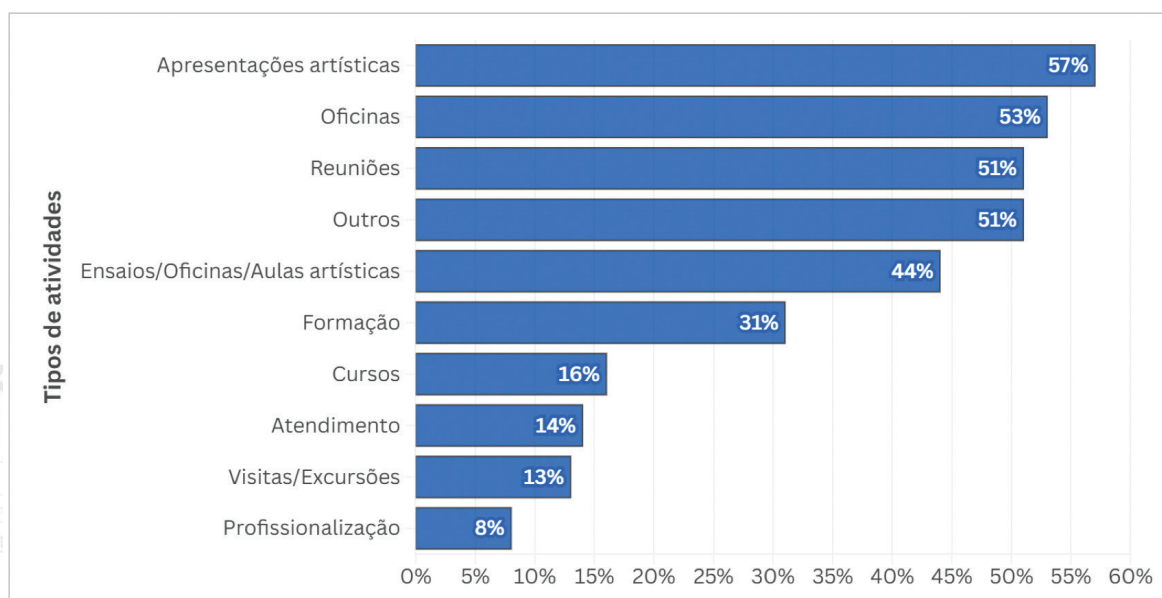
Gráfico 1: Tipos de organização dos 90 grupos que deixaram de existir



Fonte: Elaboração própria a partir do Mapeamento de Coletivos e Movimentos Sociais das Periferias Brasileiras, Reconexão Periferias, FPA.

As atividades realizadas por essas organizações também apontam para um predomínio de ações ligadas à cultura. Embora a menção sobre a realização de oficinas, ensaios e aulas artísticas seja a mesma (44%) do total de mapeados, há variações que apontam nesse sentido. Entre as mil entidades mapeadas, as atividades mais mencionadas são as reuniões (63%), seguidas de oficinas (63%) e apresentações artísticas (47%). Já entre as noventa a ordem se inverte: apresentações artísticas são mais frequentemente mencionadas (57%), seguidas por oficinas (53%) e reuniões (51%). As atividades realizadas pelos grupos que deixaram de existir podem ser visualizadas no gráfico abaixo:

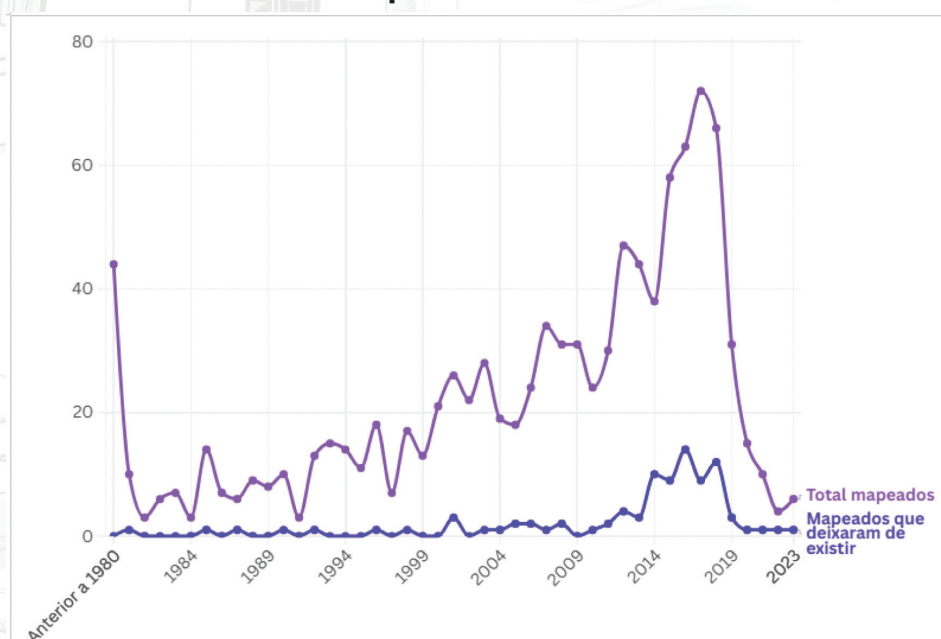
Gráfico 2. Tipos de atividades realizadas



Fonte: Elaboração própria a partir do Mapeamento de Coletivos e Movimentos Sociais das Periferias Brasileiras, Reconexão Periferias, FPA.

Assim como no caso do total dos grupos mapeados, essas noventa organizações que deixaram de existir foram criadas no período mais recente: apenas 4% foram fundadas antes de 1980, 9% na década de 1980, 12% na década de 1990, 27% na década de 2000 e 51% foram fundadas entre 2010 e 2023. Embora o conjunto examinado neste informe não se diferencie do total, esse dado aponta uma tendência à descontinuidade que se acentua nas entidades mais recentes. Essa tendência em comum pode ser visualizada no gráfico abaixo:

Gráfico 3: Ano de criação das mil organizações mapeadas e das noventa que deixaram de existir



Fonte: Elaboração própria a partir do Mapeamento de Coletivos e Movimentos Sociais das Periferias Brasileiras, Reconexão Periferias, FPA.

No que se refere ao ano de realização desses mapeamentos, a maioria das noventa organizações que deixaram de existir foram mapeadas até 2021, ou seja, no primeiro ciclo de três anos do mapeamento. Em 2021, quando realizamos um processo de averiguação da existência de todas as entidades até então mapeadas, 70% dessas noventa organizações ainda existiam. Dessa forma, a descontinuidade dos seus trabalhos ocorreu entre o segundo semestre de 2021 e 2025, o que pode estar associado não apenas a fatores particulares de cada grupo, mas também ao contexto político, econômico e social mais amplo. A pesquisa “Cultura, política e espaços de sociabilidade nas periferias: olhares de coletivos e movimentos sociais”⁷, publicada pelo Reconexão Periferias em 2022, já apontava como a pandemia de Covid-19 e seus efeitos impactaram diretamente as atividades das organizações periféricas. Os relatos sobre os efeitos da pandemia no associativismo periférico coincidem com o período em que essas 90 entidades deixaram de existir, mas faz-se necessário um aprofundamento maior para compreender se há aqui uma relação causal ou apenas uma correlação.

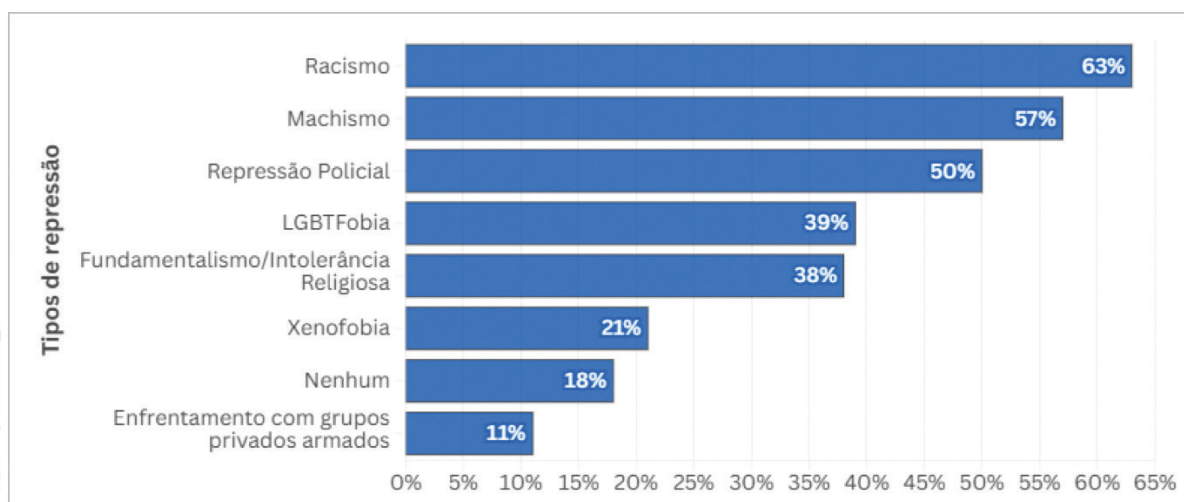
Os temas de atuação dessas entidades também não se diferenciam do restante dos mapeados. Entre os temas mais citados estão luta antirracismo (46%), direitos humanos (39%), políticas culturais (38%) e educação (32%), frentes temáticas que já foram exploradas em outras análises como centrais para o associativismo periférico⁸.

Em relação aos tipos de cerceamento enfrentados, destaca-se que os grupos que deixaram de existir relatam com mais frequência passarem ou terem passado por situações de racismo (63%) e machismo (57%) mas, principalmente, relatam cerceamentos associados à repressão policial. Enquanto esse tipo de cerceamento é mencionado por 37% dos mil mapeados, nesse conjunto de noventa entidades ele é reportado por 50%. Essa informação indica que existe uma associação, ainda que não necessariamente causal, entre a descontinuidade das organizações e experiências de repressão policial. Essa questão será aprofundada na seção que trata das entrevistas. A frequência dos episódios de cerceamento apontada por essas entidades pode ser visualizada no gráfico abaixo:

7. Acesse a pesquisa em: <https://fpabramo.org.br/2022/06/22/reconexao-apresenta-resultados-de-pesquisa-sobre-sociabilidade-nas-periferias/>

8. Dados da pesquisa “Cultura, Política e Espaços de Sociabilidade nas Periferias: Olhares de Coletivos e Movimentos Sociais”. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2022/06/22/reconexao-apresenta-resultados-de-pesquisa-sobre-sociabilidade-nas-periferias/>

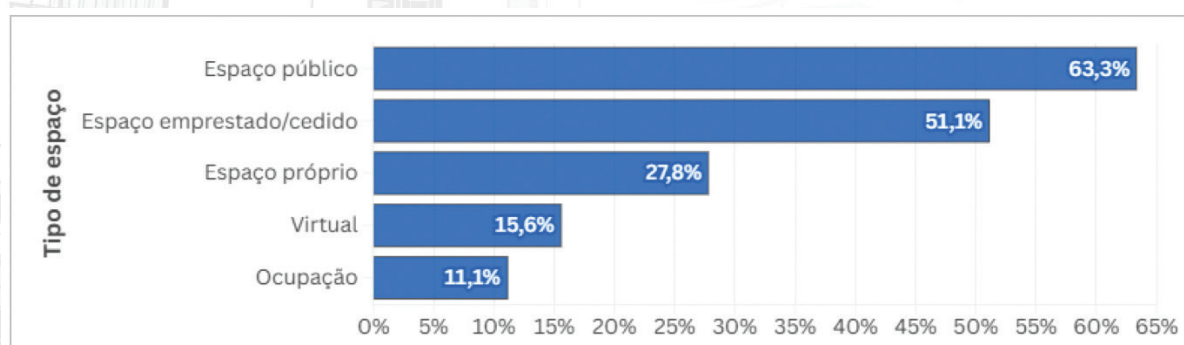
Gráfico 4: Cerceamentos enfrentados pelas entidades que deixaram de existir



Fonte: Elaboração própria a partir do Mapeamento de Coletivos e Movimentos Sociais das Periferias Brasileiras, Reconexão Periferias, FPA

Sabe-se que poucas dessas organizações possuem espaços próprios. Os espaços públicos e os espaços emprestados ou cedidos são mais frequentemente utilizados pelas mil entidades mapeadas (58% e 53%, respectivamente), e no caso dessas noventa entidades, essa tendência é similar (63% e 51% respectivamente), como há também a mesma tendência no baixo uso de espaços virtuais e ocupações em ambos grupos (aproximadamente 16% e 11%). Porém, destaca-se que, enquanto 41% do total de mapeados realiza ações em espaços próprios, essa porcentagem é de apenas 28% no caso das entidades que deixaram de existir, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 5: Espaços utilizados pelas entidades que deixaram de existir



Fonte: Elaboração própria a partir do Mapeamento de Coletivos e Movimentos Sociais das Periferias Brasileiras, Reconexão Periferias, FPA

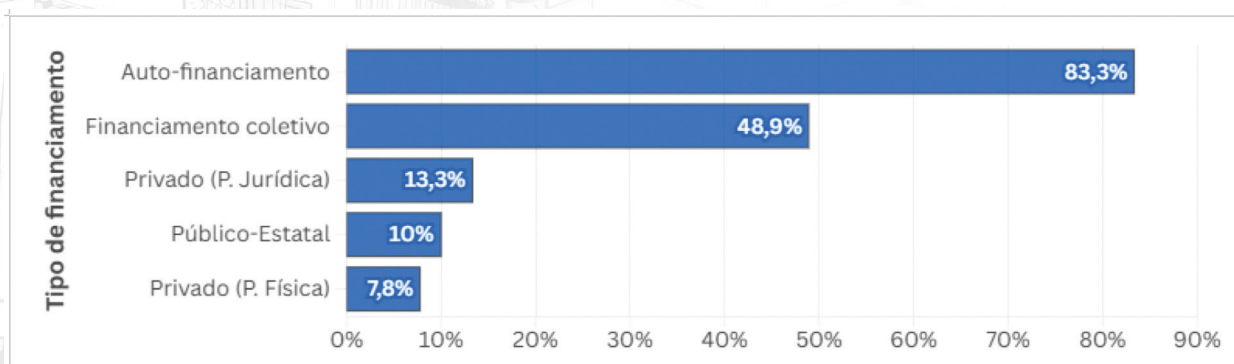
Outra característica das entidades que deixaram de existir é que sua atuação é mais local se comparada ao total de mapeados. 46% dessas noventa entidades têm a cidade como principal âmbito de atuação e abrangência e 80% têm até o nível da cidade como foco para direcionamento de atividades (região da cidade (31%), cidade (31%) e

próprio bairro (18%)), enquanto entre os mil mapeados esses dados equivalem a 33% e a 65% (21%, 26% e 18%).

A despeito do enraizamento territorial, são grupos menos articulados do ponto de vista societal e institucional. Apesar de 72% destes afirmarem participar das atividades de outras organizações no momento em que foram mapeados, a grande maioria não possui filiação a redes e fóruns (70%), enquanto no mapeamento de forma geral apenas 55% não participam de nenhuma rede. A articulação institucional também é menor, apenas 37% participam ou já participaram de conselhos (em contraposição a 53% dos mil mapeados) e 41% já participaram de editais de fomento ou de processos de formulação, execução ou monitoramento de políticas públicas (em contraposição a 54% no geral). As relações dos membros dessas entidades com partidos políticos também são menos frequentes: 61% não têm relação regular com nenhum partido político (contra 51% no geral).

Essa falta de interações com as instituições pode estar diretamente relacionada à falta de financiamento público-estatal dessas noventa entidades. Apenas 10% delas declararam receber esse tipo de apoio, enquanto, entre os mil grupos mapeados, esse número equivale a 26%. As modalidades de autofinanciamento (83%) e financiamento coletivo (49%) também são mais frequentes entre as organizações que deixaram de existir, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 6: Tipos de financiamento das organizações que deixaram de existir



Fonte: Elaboração própria a partir do Mapeamento de Coletivos e Movimentos Sociais das Periferias Brasileiras, Reconexão Periferias, FPA

Em relação ao público prioritário, para além da menção às “mulheres” e às “periferias”, destaca-se a menção dessas entidades aos jovens e adolescentes, que também são citados como público das mil entidades mapeadas, mas, no caso desses noventa grupos, aparecem como centrais, conforme a nuvem de palavras abaixo:

Nuvem de Palavras 1: Público prioritário das atividades das organizações



Fonte: Elaboração própria a partir do Mapeamento de Coletivos e Movimentos Sociais das Periferias Brasileiras, Reconexão Periferias, FPA.

Já as bandeiras de luta dessas noventa entidades em forma de hashtag se aproximam das bandeiras das mil organizações, com destaque para as menções à cultura, à resistência e aos direitos humanos.

Nuvem de Palavras 2: Resumo da luta das organizações em hashtags



Fonte: Elaboração própria a partir do Mapeamento de Coletivos e Movimentos Sociais das Periferias Brasileiras, Reconexão Periferias, FPA.

A partir dos dados extraídos do questionário, é possível destacar que as organizações que deixaram de existir são, em relação ao restante das entidades mapeadas: mais voltadas à atuação cultural, com maior enraizamento territorial, mais vitimizadas pela repressão policial, menos articuladas tanto do ponto de vista societal quanto do ponto de vista institucional e estatal e com maiores dificuldades de financiamento.

PARTE 2: RAZÕES DA DESCONTINUIDADE

Conforme anunciado na introdução, foi realizada uma pesquisa qualitativa, para complementar os dados apresentados na primeira parte deste informe. Essa etapa foi desenhada de modo a representar, ao menos parcialmente, o universo das noventa entidades que deixaram de existir, exposto acima.

Do ponto de vista da localização geográfica, foram realizadas duas entrevistas com representantes de entidades que existiam na Região Norte (ambas no Amapá), cinco no Nordeste (Bahia, Paraíba, Pernambuco e duas no Ceará), duas no Centro-Oeste (ambas em Goiás), duas no Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro) e duas no Sul (Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Em relação aos eixos temáticos, oito estavam enquadradas no eixo de cultura, três no eixo de trabalho e duas no eixo de violência. Por fim, no que diz respeito aos temas, essas entidades atuavam em diferentes frentes e pautas: resgate da cultura africana, batalhas de rima, cultura hip hop, empoderamento feminino, juventudes, empreendedorismo, valorização da cultura quilombola, moradia popular, cultura reggae, resistência política e outros.

Os parágrafos a seguir analisam os resultados oriundos dessa segunda etapa.

História da entidade, motivação de criação e tempo de funcionamento

Ao contarem brevemente a história das organizações e os motivos que levaram à sua criação, as pessoas entrevistadas enfatizaram, de forma recorrente, que a estruturação dessas entidades esteve diretamente ligada às demandas presentes no cotidiano dos territórios periféricos, especialmente à falta de acesso a direitos. Entre essas iniciativas, destacam-se aquelas que promoveram o desenvolvimento cultural nas comunidades por meio da ocupação de espaços públicos com atividades artísticas. Outras se concentraram na mobilização popular pelo acesso a direitos essenciais, articulando lutas por moradia, saneamento básico, cuidado humanizado, educação, memória e o enfrentamento à violência.

Entre as organizações culturais, os entrevistados mencionam que, em seus territórios, era urgente fomentar mobilizações culturais para ocupar os espaços públicos, sobretudo diante da ausência de ações desse tipo em suas regiões. Relatam ainda as dificuldades de deslocamento até as áreas onde essas atividades ocorriam, o que tornava a realização de eventos culturais no próprio território ainda mais necessária. Essas mobilizações, segundo eles, contribuíram para a inclusão de pessoas historicamente marginalizadas, o

fortalecimento de artistas locais e a ampliação do acesso à cultura. A partir dessas experiências, surgiram novos grupos culturais organizados.

“No começo do processo das batalhas de rima aqui no Amapá, a gente tinha uma batalha. Só que a batalha da bandeira, a matriarca, acontecia em Macapá todo sábado.(...) E aí a gente foi vendo essa necessidade de ter uma outra batalha, e eu também querendo desenvolver um pouco do rap aqui na minha cidade, porque Santana é região Metropolitana, é cidade vizinha de Macapá. A gente tinha que ir para Macapá, para batalhar e a gente tava querendo desenvolver uma batalha aqui. A gente criou uma batalha que foi a [nome da batalha]” (Entrevista 1).

“O [nome do slam] vem com esse nome de resistência (...) e ocupava a Praça XV, que, historicamente, é um lugar no centro da cidade de Porto Alegre, onde tem também um alto fluxo de pessoas. Muitas questões envolvidas que atravessam esse local, como, por exemplo, uma grande concentração de pessoas em situação de rua (...). É um evento onde a gente sempre teve muito a participação de pessoas marginalizadas, assim como tudo que é preto e periférico né, então a gente já tem essa vertente, mas a gente acaba sempre tendo a participação de pessoas em situação de rua e outras coisas que nos atravessam. Então a gente entende que o [nome do slam] vem com esse papel de ocupar esse espaço por ser no centro da cidade. Entretanto, também entra como, não digo espaço de ressocialização, mas de inserção desse público, sabe? Esse é o papel de inserir. Eu falo muito que o papel da escuta é validar a existência de outra pessoa. Então eu acho que o [nome do slam] cumpre muito esse papel” (Entrevista 4).

Uma dessas iniciativas culturais teve origem após um episódio de violência extrema, com o objetivo de utilizar a cultura como instrumento de fortalecimento social. Sua criação tem como marco uma chacina, ocorrida em 2015.

“O [nome do coletivo] nasceu no fim de 2015(...), baseado em algumas circunstâncias que eu considero históricas. A primeira foi a chacina que teve no bairro chamado [nome do bairro], quando jovens foram assassinados pela abordagem da polícia militar. Enfim, aí rolava aquela perspectiva de entender a dinâmica das milícias (...) No mesmo período, mais ou menos, começaram as ocupações das escolas e a gente fazia parte de um coletivo chamado [nome do coletivo]. E aí a gente falava muito sobre isso, sobre a ocupação das praças, sobre a redução de danos, entendendo que nós éramos os jovens que ocupavam aqueles espaços. Nós tínhamos as capacidades, os entendimentos sociais e culturais.(...) E posterior a isso, começou a ter um reggae lá na [nome do bairro], que era o [nome do espaço]. (...) Um equipamento de cultura da prefeitura que trabalha com jovens na faixa etária da juventude. E aí a galera

do [nome do espaço] começou a fazer o reggae e nos impulsionou a fazer aqui (...), e foi meio que uma maré que começou a acontecer em todas as periferias de Fortal (...) As pessoas começaram a fazer reggae nas ruas, porque já estavam sofrendo muita violência policial. A gente não podia mais andar nas praças. Então os nossos lugares estavam sendo cada vez mais diminuídos (...) e o reggae se transformou em uma vertente política (...), onde a gente conseguia dialogar diretamente com as pessoas da nossa idade, com os mais velhos que olhavam para a galera que fuma maconha, como um monte de maconheiro. (...) Criamos o [nome do coletivo] usando o reggae como metodologia para falar sobre política de redução de danos.” (Entrevista 8)

Essas formas de resistência diante da violência revelam que as mobilizações nas periferias não se limitam à ausência de acesso à cultura. A precariedade da infraestrutura, como nas comunidades de palafitas, também impulsiona a formação de grupos organizados que lutam para garantir direitos básicos à população periférica e evidenciam a potência do associativismo periférico. Pensando nisso, algumas dessas organizações se estruturaram com ações voltadas ao desenvolvimento de uma economia periférica, à formação cidadã dos moradores, à preservação da cultura e da memória local e à mobilização da organização popular para consolidar movimentos por moradia, entre outras iniciativas.

“E o que motivou a nossa comunidade na criação da associação é a questão cultural, entendendo, enquanto comunidade quilombola, que precisamos preservar a nossa cultura, as nossas tradições e o que fazer, como fazer. E aí surgiu a associação voltada mais pela questão cultural de valorização, de preservação, de fazer ações, para que essa memória, a nossa cultura, não morresse. (...) Como a questão do samba de roda, que é algo muito forte dentro do nosso quilombo. As outras tradições também, como rodas de versos, cantigas, brincadeiras.” (Entrevista 6)

“Por volta de 2019, nós tínhamos um movimento, que era um movimento popular de luta por moradia. (...) Em 2019, nós tivemos várias reuniões em bairros. Conversava com a população, estava sempre na ativa, sempre dialogando com a galera e organizando o que dava para organizar. (...) Nesse movimento, entrou um cara que era o [nome da pessoa](...) Daí, foi surgindo a ideia de, digamos, transformar esse movimento em um núcleo do [nome da organização].”(Entrevista 7)

Também é importante destacar que o fortalecimento promovido pela Igreja Católica foi um fator que incentivou a criação de duas organizações, voltadas ao desenvolvimento de atividades relacionadas principalmente às juventudes.

“O [nome do coletivo] vem através de um projeto da [nome da organização], que é uma ONG que trabalha com igrejas católicas e igrejas progressistas no

Brasil. E internacionalmente, era um projeto que era apoiado por uma fundação da Bélgica, junto com a [nome da organização]. E aí era simplesmente um grupo de jovens desenvolvendo atividades sociais. Então isso tomou uma proporção muito grande, porque era localizado na comunidade de peixinhos aqui em Recife, que é uma comunidade que precisa muito de estrutura social, oportunidades para a comunidade, principalmente para a juventude.” (Entrevista 12)

Embora essas organizações tenham surgido a partir de demandas específicas dos territórios, isso não garantiu sua continuidade ao longo do tempo. A maioria relatou dificuldades para se manter ativa durante e após a pandemia — tema que será explorado mais adiante —, o que resultou na interrupção e encerramento de suas atividades entre os anos de 2020 e 2024. Outras enfrentaram obstáculos internos, mais específicos do funcionamento de cada grupo, que levaram ao fim das atividades ainda antes de 2020. No entanto, assim como a continuidade não é assegurada, a descontinuidade também pode não ser definitiva, pois algumas algumas iniciativas demonstraram interesse em retomar suas atividades futuramente.

“Olha, eu acredito que as últimas ações foram em 2018 ou 2019, porque antes disso mesmo a gente já não estava querendo. Eu estava tocando essas ações, e cada um começou a tocar sua vida. Prioridade para outras coisas. Acredito que 2019 foi a última ação que a gente fez. Só que agora, 2025, a gente está começando a retomar essas atividades. Teve a Pnab (Política Nacional Aldir Blanc). Agora, no ano passado, a gente colocou um projeto, conseguiu passar esse projeto na Pnab, e aí a gente vai fazer uma ação agora, no meio do ano, já através do nosso outro coletivo.” (Entrevista 13)

Principais atividades desenvolvidas e participação da comunidade

Essas organizações e coletivos desenvolveram diversas atividades socioculturais, que vão desde atividades de produção audiovisual à formação. As atividades eram voltadas principalmente ao fortalecimento comunitário e à promoção de direitos nas periferias. Entre as ações destacam-se as batalhas de rima, slams e oficinas de hip hop, teatro, música e dança, realizadas em praças, escolas e espaços públicos, muitas vezes ocupados de forma autônoma. Também foram promovidas oficinas de artesanato, culinária, capoeira, pintura, fotografia e audiovisual, além de exposições, festivais e rodas de leitura. A formação cidadã e política foi uma frente importante em muitos coletivos, com ações voltadas ao protagonismo juvenil, ao enfrentamento à violência e à conscientização de direitos a partir da organização coletiva de ideias.

“Nós sempre organizamos reuniões por bairro. Em cada bairro, mantínhamos um núcleo junto da população, junto do pessoal. Nós íamos elencando as demandas do bairro, quais eram os problemas da população, o que a gente podia

fazer(...) Se organizando coletivamente para resolver essas demandas, para tentar resolver essas demandas, para tentar melhorar a vida da galera e, ao mesmo tempo, a gente ia passando as formações políticas, tentando influenciar a galera para se voltar mais ao aprendizado. Para entender, de uma forma mais teórica a situação.” (Entrevista 7)

A mobilização comunitária, sobretudo de jovens, foi destacada como central para a realização dessas atividades, que, muitas vezes, também envolveram adultos e crianças, promovendo trocas entre faixas etárias diferentes enquanto articulavam cultura, política, educação e memória.

“(...) E aí a gente fez essa gincana durante três meses, que era exatamente para conquistar, para olhar e para analisar a realidade. Nessa gincana de três meses, quem apareceu basicamente foram as adolescentes, mulheres. Nesse momento, a gente decidiu o público [prioritário]. A gente queria realmente trabalhar com adolescentes, mulheres (...) Em determinado momento, as adolescentes se reuniram e pediram para que a gente pudesse trabalhar com as mães delas, porque o trabalho de conscientização era para elas muito importante, sobretudo da autonomia, enquanto mulher, enquanto corpo e etc. Mas quando chegava em casa, a história mudava porque as mães não aceitavam muitas coisas” (Entrevista 2).

Assim, a participação da comunidade nas atividades dos coletivos e organizações foi ativa e fundamental para o fortalecimento dessas iniciativas. O engajamento envolveu diferentes faixas etárias, com destaque para o protagonismo da juventude, e ocorreu de forma voluntária e coletiva. Esse engajamento é muito importante para o desenvolvimento das atividades dos coletivos periféricos, pois muitos dependem fortemente da participação do público, como as batalhas de rima, slams e apresentações de teatro. O reconhecimento e apoio comunitário foram constantes, o que fortaleceu vínculos e motivou a continuidade dos projetos, que contribuíram para a construção da identidade local e para a luta por demandas sociais.

“A participação da comunidade é total, mano. Porque aqui em Santana não é uma cidade tão grande (...) a gente faz muito esse intercâmbio de bairros, porque a gente sempre buscou, na verdade, ocupar as praças (...) A gente vai lá, faz a batalha. E aí, mano, é incrível. A galera, a criançada gosta demais. Sempre cola com a gente. Então, a participação da população aqui em Santana sempre foi boa (...) No fim do ano, que é quando acontece o aniversário da cidade e tem as programações na cidade (...), a gente é convidado para organizar uma batalha de Santa no aniversário da cidade (...) Então a gente tem um reconhecimento da população e a gente tem um bom trabalho, uma boa conexão com a comunidade local, principalmente ao redor das praças.” (Entrevista 1)

“E no começo, ali nas batalhas de poesia, as pessoas que passavam tinham esse caráter de ser público, justamente por ser feito em espaços públicos, justamente para a gente conseguir atrair a maior quantidade de pessoas. Então, no centro da cidade, a gente vê turistas, a gente vê essas pessoas em situação de rua, a gente tem muito o retrato do que é o estado dessas pessoas que passavam ali pela capital. Então, por isso que o intuito era esse de você ter o maior público possível e diversificado (...) Nós, enquanto organizadoras, a gente tem a mesma faixa etária de idade, mas o público sempre foi muito distinto.” (Entrevista 4)

Institucionalidade e relação com o Estado

Entre os entrevistados, oito informaram que as organizações das quais faziam parte não possuíam CNPJ, atuando de modo informal. Essa informalidade é vista como uma barreira significativa para o acesso a editais públicos. Ainda assim, algumas conseguiram driblar essa limitação e acessar recursos com soluções alternativas. Outras acessaram recursos desde sua criação, especialmente aquelas fundadas com o apoio prévio de instituições como a Igreja Católica ou outras fontes privadas, o que fez com que não tentassem acessar recursos públicos por já possuírem outras fontes e pelas dificuldades do processo.

“Era uma coisa que a gente não sabia [captar recursos], nem sabia nem para onde ia. Na verdade, porque é isso, a gente ficou também de uma forma muito acomodada, porque já tinha recurso que vinha de uma organização.” (Entrevista 12)

Entre aquelas que encontraram uma solução, destacam que, apesar de não possuírem CNPJ próprio, recorriam ao uso do CNPJ de terceiros para acessar editais. Essa estratégia é vista como uma alternativa viável, especialmente diante das dificuldades enfrentadas para formalizar organizações periféricas. Porém, segundo os entrevistados, suas antigas organizações consideravam a formalização como um caminho a ser seguido, mas difícil de acessar.

“No caso, a gente se representa por CPF mesmo, não tem CNPJ (...) Já [recebemos recursos] para o aniversário da [nome do coletivo], o sexto aniversário da [nome do coletivo], através da [nome da produtora], uma produtora local, que produz artistas (...) É eles que, através do CNPJ deles, descontam uma taxa de vinte por cento para inscrever a gente em editais e programas, essas coisas.” (Entrevista 1)

“Não o [nome do coletivo] não [tinha CNPJ], nós usamos mais o CNPJ de uma instituição. A [nome da instituição] que já é fruto dessas lutas anteriores, des-

sas ocupações anteriores, fruto desse movimento que eu falei, que existia lá no Município.” (Entrevista 7)

Entre as cinco organizações com CNPJ, três nunca chegaram a acessar editais públicos, principalmente devido à falta de equipe, conhecimento técnico ou tempo para elaborar projetos.

“A gente nunca recebeu recurso por edital. É uma coisa que eu acho inclusive que a gente queria muito. A gente até tentou se organizar para escrever projetos, mas é isso. A gente não conseguia às vezes nem ter tempo para parar e escrever” (Entrevista 9).

Esses pontos demonstram que a ausência de formalização não impede totalmente o acesso a editais, mas torna o processo significativamente mais difícil. Da mesma forma, ter um CNPJ não garante, por si só, o acesso a esses recursos.

Em relação à interlocução com a institucionalidade, oito organizações relataram não ter histórico de envolvimento com espaços institucionais. Em alguns casos, houve tentativas de participação, mas obstáculos como a falta de experiência e a indisponibilidade das pessoas envolvidas acabaram impedindo esse engajamento.

“Acho que em 2021, a gente estava tentando participar do Conselho Municipal de Habitação. Estávamos nos organizando para isso, mas aí foi quando o movimento foi perdendo força e decaindo. E acabou que não deu, não deu certo colocar em prática. Eu acho que faltou na época um pouco mais de organização, algumas pessoas que estivessem mais voltadas para essas questões.” (Entrevista 7)

Entre as organizações que conseguiram participar de espaços institucionais, destacam-se aquelas com atuação nos Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente e da Mulher. Embora apenas uma minoria tenha participado efetivamente desses espaços, foi comum o reconhecimento da importância que eles representam para dar visibilidade às ações dos grupos para ampliar suas capacidades de incidência política.

“A gente sempre fazia movimentação com os outros movimentos, falando da importância de marcar presença, e exatamente para que potencialidade de assuntos a gente deveria apontar, exatamente para a gente ter um retorno (...) Como a gente tinha um conhecimento um pouquinho maior das relações públicas, de saber exatamente para onde vão as políticas e, principalmente, as políticas culturais, acaba que a gente tendia muito mais nesse sentido, de fazer movimentações também para essa relação [institucional].” (Entrevista 10)

Vale destacar ainda que o acesso a espaços de participação institucional não significou, necessariamente, que as organizações também acessaram editais públicos ou que isso facilitou seus diálogos com a institucionalidade e com o Estado de forma mais ampla.

Principais desafios enfrentados

A falta de acesso à orçamento e estrutura foi apontada como o principal desafio para o desenvolvimento do associativismo por todas as pessoas entrevistadas. Essa dificuldade foi especialmente recorrente para organizações que, desde sua criação, não contaram com apoio financeiro significativo de instituições externas, como igrejas ou entidades privadas. A escassez de recursos e infraestrutura comprometeu a realização de atividades, uma vez que muitas delas exigem materiais específicos para serem executadas.

“A maior dificuldade é a questão de estrutura mesmo, tipo assim, a gente fez uns corres e levantou uma estrutura legal. A gente conseguiu. A gente fez um palco de madeira para nós, conseguimos uma caixa [de som], microfone. Só que aí houve um problema: os Mcs foram ligar a caixa (...), não souberam ligar (...), aí queimou a caixa. Depois que a gente perdeu a parte dessa nossa estrutura, começou a ficar mais difícil a questão da organização da batalha.” (Entrevista 1)

“A gente abriu uma conta numa cooperativa de crédito, que, inclusive, foi a sugestão do [nome], porque a possibilidade de crédito era muito maior para pequenos empreendimentos do que em um banco convencional. Recurso sempre é algo muito difícil, até porque as consultorias, mesmo sendo consultorias de parceiros e parceiras, são consultorias caras porque são muito exclusivas.” (Entrevista 11)

Entre as organizações criadas com acesso a recursos de entidades privadas, houve o estabelecimento de uma relação de dependência. Isso gerou instabilidade, já que, com o fim do financiamento, esses dois grupos também deixaram de existir, pois não haviam desenvolvido outras formas de captação de recursos ou estratégias para fortalecer suas atividades de maneira mais autônoma.

“O [nome do coletivo] não conseguia mais sobreviver. E enquanto o lugar [empreendimento privado] foi praticamente [chegando ao fim] o movimento foi junto” (Entrevista 10).

Embora essencial, o processo de captação de recursos não era considerado fácil pelas pessoas entrevistadas, especialmente quando se tratava do acesso a editais públicos. A principal dificuldade apontada estava relacionada à falta de experiência dos agentes envolvidos nas entidades, o que dificultava o aproveitamento das oportunidades de financiamento.

“Era uma coisa que a gente não sabia [captar recursos], nem sabia nem para onde ia.” (Entrevista 12).

Quando algumas entidades conseguiram acessar editais públicos, surgiram novos obs-

táculos à sua efetiva utilização, como a demora na liberação dos recursos por parte das instituições responsáveis — o que acarretou em projetos que precisaram ser executados antes mesmo do repasse do orçamento — e as dificuldades na utilização dos espaços públicos concedidos por meio dos próprios editais, o que comprometeu a realização plena das atividades propostas.

“Por mais que a gente tivesse participado de chamadas públicas e editais, a gente não tinha verba para fazer o evento no dia. Ah, o evento vai ser hoje (...) e o cachê vai sair daqui a quarenta e cinco dias, que é uma coisa que acontece aqui até hoje. Você se apresenta e só recebe depois, e quando a gente recebia, já era para pagar as coisas dos custos que a gente teve para fazer o evento sem a grana.” (Entrevista 8)

Quatro entrevistados relataram que, mesmo sem conseguir captar recursos por meio de editais ou parcerias externas, era necessário dar continuidade às atividades. Como alternativa, recorriam ao autofinanciamento, utilizando recursos próprios obtidos em trabalhos externos ou arrecadando fundos por meio da venda de artesanatos, para viabilizar a realização das ações propostas.

“E as pessoas perguntam: “e aqueles espaço que vocês tinham?”, porque a gente conseguiu ali a duras penas. Muitas vezes, a maior parte do tempo, tirando dinheiro do nosso bolso para fazer muita atividade legal, produzir evento, fazer oficina, fazer muita coisa naquele espaço também, e fora do espaço, ocupando outros espaços públicos na cidade.” (Entrevista 9)

“A questão do subsídio pesava um pouco, porque dentro desse processo todo, algumas meninas estavam desempregadas (...) A partir do momento que a gente começou a enxergar que o corre teria que ser nosso, não tinha jeito. Naquele momento, começamos a fazer os artesanatos para vender. E assim a gente juntava uma coisa à outra, que era dar as oficinas de artesanato e também começar a fazer as coisas para a gente vender em feirinhas. E isso meio que deu, sabe, deu um pontapé um pouco no que a gente precisava [para] se movimentar.” (Entrevista 5)

Diante da escassez de recursos para o desenvolvimento de atividades, conforme relataram os entrevistados, essas entidades funcionavam majoritariamente como organizações sem fins lucrativos e, na maioria das vezes, sem condições de remunerar seus integrantes. Isso fez com que as pessoas envolvidas precisassem conciliar o trabalho nas organizações com suas ocupações profissionais e responsabilidades pessoais, assumindo essas atividades de forma voluntária e secundária. Tal dinâmica foi apontada como um dos principais desafios na gestão de pessoas, já que frequentemente resultava em desmobilização e na falta de regularidade nas ações desenvolvidas.

“A gente tinha que trabalhar, ajudar nas contas de casa, estudar e fazer teatro. Então acho que o tempo para fazer arte era um dos maiores problemas. A gente não tinha um tempo para se dedicar.” (Entrevista 3)

Além das dificuldades relacionadas à falta de recursos, também foram mencionados outros desafios. Embora tenha sido destacado anteriormente que a participação da comunidade — especialmente da juventude — era frequente nas atividades desenvolvidas, duas entrevistadas apontaram uma ausência de reconhecimento do trabalho realizado pelas entidades, sobretudo por não estarem vinculadas a grandes produções.

“A questão dessa consciência de entender a cultura como algo importante, como algo que tem que ser valorizado, tem que ser reconhecido. A gente vê essa invisibilidade pelos setores da sociedade (...) Mas aquilo que é cultura que as comunidades produzem, a gente não vê um incentivo. Não vem algo assim, sabe? Ah, eu estou aqui disposto a ajudar para ter esse recurso aqui para isso. É [apenas] para grandes coisas, né? Tipo festas e coisas assim (...). Aí a gente vê [que] aquilo tem importância e isso não tem? Então [há] essa questão da invisibilização.” (Entrevista 6)

Para além dos desafios imediatos, o contexto político também foi apontado como um obstáculo relevante. Segundo os relatos de duas entrevistadas, houve uma mudança negativa na percepção pública em relação ao trabalho desenvolvido por essas organizações motivada pelo avanço da extrema direita. Isso resultou em dificuldades para atrair participantes para as atividades e gerou receios, especialmente porque muitas delas ocorriam em espaços públicos. Esses espaços eram considerados fundamentais.

“E uma coisa que a gente observou muito aqui foi que esse período também foi onde os prefeitos, deputados, governadores, acharam meio que a desculpa que eles queriam para “meter o louco” assim e não abrir mais as portas nem para dialogar. Então, a gente teve muita dificuldade depois de 2019, para dialogar com a prefeitura municipal, por exemplo. Às vezes a gente tentava fazer uma ação, um evento, uma coisa ocupando algum espaço público na cidade, a gente encontrava muitos entraves. Então, eu acho que foi um período mesmo de arrefecimento ideológico. Às vezes o cara que já era ideologicamente oposto ao que a gente pensava, ele encontrou lastro. Ele encontrou apoio institucional dentro do período que a gente estava vivendo ali com o governo Bolsonaro, esse lugar onde ele se apoiava para dizer: ‘não, mano, eu não tenho que apoiar esse coletivo de mulheres’.” (Entrevista 9)

Importa destacar também que a diversidade de desafios apontados levou uma das pessoas entrevistadas a inverter sua perspectiva: os obstáculos também foram encarados de forma relativamente positiva, na medida em que contribuíram como aprendizado para a formulação de projetos futuros.

“Tudo, em vários aspectos da vida profissional, da vida pessoal [é aprendido]. Hoje a gente consegue, hoje eu consigo ver isso (...). Pessoas que, naquela época, eram linha de frente nesse enfrentamento, [hoje] estão ocupando centros culturais, sendo artistas e se apresentando nesses espaços, indo para outros estados, indo para outros países se apresentarem. E eu olho assim, [penso]: essa galera tava tudo querendo entender como fazia o negócio acontecer, hoje, a gente está botando para gerar e entendendo outra camada da coisa, com um olhar mais apurado. A gente entende que o fim do [nome do coletivo], na verdade, foi uma abertura para novos horizontes” (Entrevista 8).

Impactos da pandemia de Covid-19 e adaptações

Com exceção de duas entidades que já haviam deixado de existir antes de 2020, todas as demais foram negativamente impactadas pelo Covid 2019. Houve dificuldade em transformar atividades inicialmente presenciais em atividades virtuais. Em relação às ações culturais, como batalhas de rima, slam, apresentações de teatro e eventos de reggae, os entrevistados relataram que as organizações chegaram a realizar lives com esse tipo de apresentação cultural, mas isso impactou diretamente no público mobilizado. As pessoas que frequentavam as praças e espaços públicos onde esses eventos aconteciam, muitas delas sem qualquer conexão inicial com esse tipo de arte, frequentemente não tinham as condições infraestruturais necessárias para participar virtualmente. Mesmo outras atividades, como reuniões internas para inscrição em editais, foram impactadas pela pandemia na medida em que nem todos os membros conseguiam acompanhar ou se entusiasmarem da mesma forma no ambiente virtual. Conforme um dos entrevistados, *“a gente reconfigurou o nosso formato de existência ali”* (Entrevista 9).

Além disso, em alguns momentos da pandemia, esses coletivos, especialmente os culturais, deixaram de realizar atividades. Isso ocorreu por motivos distintos, mas destacam-se as dificuldades de realizar ações virtualmente e os impactos da pandemia na saúde mental, vida financeira e responsabilidades cotidianas dos membros das entidades. Uma pessoa entrevistada relatou, por exemplo, que membros do coletivo perderam seus empregos e precisaram voltar para a casa dos pais, longe do local onde o coletivo funcionava. O adoecimento mental dos membros foi relatado em mais de uma entrevista e indica a necessidade de refletir não apenas sobre as condições materiais, mas também sobre a saúde mental dos ativistas e militantes das periferias brasileiras.

“Na realidade, foram mais problemas de pandemia. O problema de não estar se encontrando pessoalmente de forma presencial e essa questão de ter que lidar com a tela. E muitas pessoas não sabem até hoje, gente....” (Entrevista 5)

“E aí eu retomo a conversa sobre acessibilidade de novo. Quem é que tinha

uma Internet estável para conseguir fazer as transmissões? Quem é que estava bem psicologicamente para fazer as transmissões? A gente precisou se readaptar.” (Entrevista 4)

Duas pessoas entrevistadas cujas organizações atuavam mais diretamente com geração de renda, apontaram as diversas formas pelas quais a pandemia prejudicou os negócios periféricos e, em particular, seus negócios: fechamento dos estabelecimentos presenciais, aumento nos valores dos insumos, maior concorrência com o surgimento de produtos de qualidade inferior, mas com preços menores etc.

“Eu acredito que a gente ainda estava fazendo algumas [atividades] ali em 2019... praticamente a última ação que a gente fez foi uma exposição. Mas acho que a pandemia acabou dando essa desligada total do que a gente poderia ter feito. Ainda tinha uma chaminha ali acesa. E aí a pandemia veio para afastar totalmente a galera, e cada um acabar dando atenção à sua própria vida.” (Entrevista 13)

Conforme já apontado na pesquisa “Cultura, Política e Espaços de Sociabilidade nas Periferias: Olhares de Coletivos e Movimentos Sociais”, houve ainda entidades que deixaram de fazer atividades culturais diárias para realizar ações relacionadas à sobrevivência da população periférica nesse período, como a distribuição de cestas básicas.

“[A gente] distribuía cesta básica pra galera. Então a gente meio que ia ressignificando o que a gente tinha que fazer para dar esse suporte para a comunidade.” (Entrevista 9)

Por fim, faz-se importante destacar um exemplo que ilustra a coletividade como característica primordial do associativismo periférico: o representante de uma entidade, que era um empreendimento periférico, relatou que, para fortalecer artistas da comunidade, seu negócio passou a contratar músicos do território para apresentações virtuais, em lives. Essas lives tinham o duplo intuito de contribuir com a renda desses artistas ao mesmo tempo em que o empreendimento oferecia uma alternativa de lazer e entretenimento para a comunidade, que estava adoecida nesse período. Esse episódio evidencia como a preocupação com a sobrevivência das populações periféricas não se deu apenas do ponto de vista das necessidades materiais básicas, com a arrecadação de doações ou distribuição de cestas básicas, mas também se voltou ao fortalecimento da arte e da cultura periférica e à preocupação com a saúde mental da comunidade.

Repressão policial e obstáculos políticos e institucionais

Cinco das pessoas entrevistadas relataram que as entidades em questão já sofreram violência policial de forma direta, com destaque para os coletivos culturais, especialmente de jovens, que relataram episódios de interrupção de batalhas e outras atividades públicas por conta da repressão da polícia. Um representante entrevistado contou que os membros de sua organização, um movimento de trabalhadores, sofreram repressão policial, inclusive da polícia articulada com empresários, o que o fez um dos membros abandonar o trabalho na entidade:

“Às vezes nós organizávamos umas manifestações descendo as ruas do centro, indo até a prefeitura. Teve uma dessas manifestações que a polícia fez um cerco e queria impedir o pessoal continuar se manifestando durante a ocupação. Alguns empresários foram até o local e levaram a polícia. Um dos terrenos teve que ser desocupado e ameaçaram e perseguiram um dos participantes do grupo. Aí ficamos só no outro terreno, tivemos que abrir mão de um dos terrenos que tinha. Eram empresários poderosos da região, junto com a polícia (...) Teve um dos caras que fazia parte do movimento e acabou discutindo com esse pessoal. Depois a polícia começou a persegui-lo e ele teve que fugir do local e sair do movimento. Não voltou mais.” (Entrevista 7)

Outro entrevistado relatou que, embora a sua entidade não tenha sofrido repressão policial de forma direta, o local onde realizavam as atividades sofria recorrentemente, principalmente porque era um espaço situado em uma região elitizada e frequentado majoritariamente por pessoas periféricas:

“Estava na orla da cidade, então imagina. O que é isso? Uma ousadia de ter uma casa de eventos cheia de gente preta para gente preta na orla de uma cidade.” (Entrevista 10)

Além disso, destaca-se o caso de um empreendimento periférico que, segundo relato de seu fundador, não sofreu repressão direta da polícia em sua sede, mas os motoboys responsáveis pelas entregas eram frequentemente abordados por policiais.

A violência policial chegou a impulsionar a busca por articulações coletivas com outros territórios periféricos, com o intuito de entender experiências de entidades que enfrentavam desafios similares.

“Juntamente com esse movimento do reggae a gente se conectou com vários coletivos. A gente precisou ir até o Rio de Janeiro entender a dinâmica de como foram implementadas lá as UPPs, porque a gente estava sofrendo muita violência policial em todos os espaços. Para você fazer um evento na praça, você tinha que pedir um alvará, você tinha que fazer uma série de solicitações e a gente via que o único investimento que estava vindo, que é em 2016, 2017,

aconteceu um Pacto pelo Ceará Pacífico, foi uma política de governo que vinha como algo como as UPPs do Rio de Janeiro. Chegaram prometendo investimentos na saúde, investimento na educação, investimento na cultura, no esporte, lazer, enfim, tudo. E a única coisa que chegou lá foi aquela violência extrema da invasão do Complexo do Alemão que rolou e aí implantaram as UPPs, o que só trouxe várias coisas ruins do ponto de vista social. E aqui a gente estava vendo que o negócio estava apertando, aí a gente foi para o Rio (...) E aí a gente se fortaleceu ao entender que a única forma da gente ser forte era caindo para dentro da luta, mesmo ocupando os espaços, continuando firme no que a gente acreditava, denunciando a violência policial, apontando soluções e tal. Então, de certa forma, a gente também se fortaleceu, muito (...) Da mesma forma que a gente sofreu essas séries de violências, a gente também foi sagaz. Não só o [nome do coletivo], mas vários coletivos, a gente foi sagaz de buscar conhecimento sobre como é que a gente vai permanecer vivo, permanecer forte.” (Entrevista 8)

Tanto a repressão policial quanto os outros tipos de repressão relatados tiveram, muitas vezes, relação com as discussões do contexto político-eleitoral. Um membro de uma batalha alegou, por exemplo, que em 2018 os policiais reprimiam as batalhas na praça, pois sabiam que seus frequentadores apoiavam o candidato do PT naquelas eleições. Nesse sentido, foram mencionados também episódios de repressão por civis relacionados à xenofobia, LGBTQIA+fobia e ao posicionamento político dos membros das entidades.

“Aconteceu também numa feira do livro estadual, não foi só com o [nome da organização], mas o [nome da organização], estava envolvido nessa feira do livro, que foi logo em 2018, depois do Bolsonaro ser eleito. Um rapaz passou no meio da feira (...) segurando uma criança de colo na mão. E aí ele falou assim: “ele tá vindo para acabar com isso aí”, acabar com o que, né?” (Entrevista 4)

A dificuldade de acessar financiamento, especialmente editais, também foi lida por parte dos entrevistados como um tipo de repressão institucional (em uma cidade com um prefeito conservador, o entrevistado afirmou que os editais frequentemente apoiam organizações religiosas, por exemplo). Em municípios conservadores, esses grupos também enfrentaram dificuldades e resistências para acessar espaços institucionais como os conselhos gestores de políticas públicas, que foram compreendidas como formas de repressão.

Recursos financeiros e institucionais

Segundo as entrevistas, 12 das 13 entidades nunca receberam apoio financeiro do poder público durante o período de existência. Dois representantes relataram que receberam outros apoios de órgãos governamentais, como secretarias estaduais e municipais de cultura, de forma pontual na realização de alguns eventos. Outro relatou que já recebeu apoio do mandato de um vereador para distribuir materiais didáticos. Uma entidade apenas recebeu apoio financeiro da Secretaria Estadual de Cultura e recursos oriundos de editais de fomento. Outra representante entrevistada relatou que a prefeitura do município tentou ajudar financeiramente a organização, mas o processo para receber os recursos era muito burocrático, o que cessou a tentativa.

O apoio de entidades privadas era mais frequente, ainda que o volume de recursos fosse menor. Nesse sentido, destaca-se o apoio dos comércios locais, principalmente nos casos de entidades que realizavam ações culturais em espaços públicos. Esse apoio é reconhecido pelos entrevistados como parte de um processo de fortalecimento não apenas das organizações culturais, mas também da economia local.

“Sim, principalmente nas praças que a gente atua. Assim, os ambulantes da praça, o pessoal do comércio local, eles gostam muito porque a gente atrai pessoas da cidade, pessoas de outros bairros, entendeu? Então os movimentos das praças ficam melhores. E aí é bom pra todo mundo, né? É bom para o comércio local. Então essa galera das praças ali sempre ajudam nós, tipo o pessoal que vende comida vai lá e dá cem reais, a mulher do restaurante vai lá e dá uma caixa, aí outra pessoa vai lá e dá um apoio... É mais assim.” (Entrevista 1)

Dois representantes informaram que suas entidades recebiam doações relacionadas à Igreja Católica. Esses apoios, porém, estavam muito associados à presença física das organizações religiosas nos territórios. Nos dois casos, o apoio chegou ao fim quando o representante territorial religioso ou a própria igreja deixou os territórios de atuação dessas entidades. Uma pessoa entrevistada relatou que, no caso da sua entidade, a organização religiosa, de caráter progressista, deixou o país por conta de dificuldades oriundas do contexto político e institucional que emergiu a partir de 2018.

Por fim, e conforme já apontado a partir dos dados quantitativos sobre as entidades que deixaram de existir, o autofinanciamento (comercialização de produtos, principalmente) e o financiamento coletivo (vaquinhas pontuais ou pagamento de mensalidades) estiveram entre as principais estratégias dessas organizações.

“A gente funcionou no autofinanciamento e financiamento coletivo. Como toda associação, a gente cobra uma taxa da mensalidade. Se eu não me engano, eram dois reais a mensalidade, Cada encontro que a gente fazia tinha essa

taxa. Mas ainda não era aquela coisa. Nas atividades para a festa da cultura que fazíamos, nós colocávamos barraca para vender lanches, vender bebidas, e os recursos que a gente conseguia de maior valor era nesses eventos” (Entrevista 6)

Fatores que poderiam ter contribuído para a continuidade das entidades

Quando indagadas sobre o que seria necessário para que suas entidades continuassem existindo, as pessoas entrevistadas deram respostas diversas, mas que podem ser resumidas na categoria recursos (financeiros, humanos, de infraestrutura etc). O representante de uma batalha, por exemplo, respondeu que apenas uma caixa de som, uma câmera e um computador já teriam facilitado muito as ações desse coletivo.

Em relação aos recursos financeiros, os entrevistados relatam que teria sido necessário obter mais recursos (inclusive através de editais) para financiar as organizações mas, também, para remunerar aquelas e aqueles que cotidianamente trabalhavam nessas entidades.

“Esse recurso que entra ajuda a oxigenar, porque ajuda a comprar as coisas, consegue fortalecer os artistas, consegue realizar outros eventos já com nós custeando todo o evento (....) E querendo ou não é um dinheiro nosso, já estamos há onze anos fazendo cultura de graça... de graça não, pagando para fazer cultura, porque tem que pagar nosso uber, nosso ônibus, a gente tem que comer, tem que beber, chega lá tem que comprar caixa de som, microfone... e essa grana [de editais] ela é boa porque acaba sendo uma oxigenação para nós, para a gente não se sentir desmotivado, não sentir vontade de desistir.. para a mãe do cara não falar ‘Você só vive nessa praça, fazendo esse negócio que não te dá nada, não te dá dinheiro.. para que? Vai trabalhar, vai fazer outra coisa’. Então é importante para oxigenar nós mesmos, nossa vontade de continuar fazendo o movimento.” (Entrevista 1)

“A gente tinha uma equipe comprometida, mas é uma equipe que não ganhava nada por isso. Então ela trabalhava a partir das suas horas vagas, por exemplo: as reuniões, só para você ter uma ideia, a equipe se reunia das sete à meia da noite (...) [Precisava de uma equipe] olhando para os editais e com tempo para elaborar, porque cada edital é diferente. [Precisava acompanhar um edital na hora que ele sai até o momento que ele fecha, mas a gente ainda não tem esse tempo todo. Então eu acho que seria [necessário] uma equipe que pudessem estar só para isso, sendo remunerada só para isso e se formando sempre.” (Entrevista 2)

Cinco entidades mencionaram diretamente que precisariam de condições e aprimoramento das capacidades da equipe para captação de recursos, o que tornaria possível

disputar editais de fomento, por exemplo, mas também para fazer a gestão financeira dos recursos já obtidos. Essas capacitações também facilitariam a forma como as entidades lidavam com questões jurídicas e com a participação em espaços institucionais.

“Eu acho que se a gente naquela época se a gente tivesse uma formação de como lidar juridicamente com os processos e se a gente tivesse uma formação também sobre como conseguir captar recursos, que era uma coisa que a gente não sabia (...) Porque é isso, a gente ficou também de uma forma muito acomodado, porque já tinha um recurso que vinha de uma organização. Então a gente não precisava correr atrás de outros. Eu acho que o erro também foi esse, sabe? (...) E aí eu acho que se a gente tivesse tido uma formação anterior, se a gente soubesse tudo certinho, eu acho que a gente não chegaria ao fim se a gente tivesse um outro recurso, se a gente tivesse um outro aporte.”
(Entrevista 12)

Os entrevistados também apontaram diretamente a falta de apoio e respaldo governamental para o desenvolvimento das atividades nos territórios. Além da falta de respaldo do Estado, as instituições estatais tiveram relação direta com o encerramento de duas entidades: uma encerrou as atividades por conta dos desgastes enfrentados em espaços institucionais de participação social; outra por conta de restrições de marcos regulatórios que impediam a existência de duas associações quilombolas em um mesmo território.

Outra entidade trouxe a oxigenação e renovação das lideranças do coletivo como um fator necessário para permitir sua continuidade:

“Eu acho que o que seria necessário não apenas para o [nome da entidade], mas para outros coletivos é a oxigenação, você precisa treinar pessoas para assumir seu lugar. A gente fala muito sobre respeitar quem veio primeiro, mas para que haja continuidade a gente precisa ajudar quem está chegando, fazer esse acolhimento” (Entrevista 4)

Mais de uma pessoa entrevistada apontou que algumas políticas culturais que existem atualmente (Lei Paulo Gustavo, Lei Aldir Blanc, fundos estaduais de cultura e outros) teriam sido primordiais para a continuidade de seus trabalhos. Esse tipo de financiamento mais recente é valorizado, mas também é criticado no que diz respeito aos grupos contemplados:

“Entendo que hoje talvez a gente tenha esse entendimento de que a gente pode acessar editais e outras coisas por conta das políticas públicas que foram desenvolvidas nos últimos anos. A Lei Aldir Blanc, Lei Paulo Gustavo, por exemplo. Então são políticas públicas que alcançaram a gente nesses últimos anos e que, a partir disso, a gente tem essa compreensão de que, se na época a gente já tivesse isso, talvez a gente tivesse tido essa continuidade das atividades durante mais tempo.” (Entrevista 13)

“A gente precisaria ter acesso a vários editais que só tem hoje, tipo Lei Aldir Blanc, Lei Paulo Gustavo, os investimentos da cultura que tem hoje, entende? Então acho que em 2016 a gente queria se inscrever em muito edital para conseguir se manter, porque no financiamento pessoal a gente não ia conseguir, né? Então era muito escasso, até 2019 era muito difícil ser contemplado no edital. A gente não estava dentro do circuito. Até hoje, a gente vê que tem muitos editais que beneficiam a periferia. Mas você vai ver que sempre tem vários projetos que não são de periféricos.” (Entrevista 8)

Por fim, é importante mencionar que o representante de uma das organizações, um empreendimento, respondeu que se a pandemia não tivesse acontecido, as atividades não haveriam cessado, tendo em vista o impacto negativo da pandemia na economia e nos negócios periféricos.

Experiências e desafios do associativismo nas periferias

As pessoas entrevistadas também puderam falar livremente sobre suas experiências e os desafios do associativismo nas periferias e, dentro desse tópico, algumas questões se destacaram: a ênfase na coletividade como um aspecto central do associativismo periférico, o aprendizado oriundo da experiência nessas entidades e as dificuldades associadas à falta de financiamento e de planejamento.

Em relação ao primeiro ponto, o associativismo periférico, em suas diferentes frentes temáticas, foi destacado pela maioria dos entrevistados por sua coletividade, seu poder transformativo e seu acolhimento. Além disso, o associativismo periférico é destacado também pelo potencial de fazer ecoar as vozes de pessoas frequentemente marginalizadas e, mesmo as entidades que deixaram de existir, cumpriram funções importantes nesse sentido, mostrando “para a comunidade que é possível” (Entrevista 11).

“Foi um coletivo muito importante, revelou muitos artistas, muitos poetas. De fato, mais do que isso, não foi só um ponto de iniciação, ele foi um ponto de coletividade. Ele foi um ponto de aquilombamento, mesmo com pessoas brancas fazendo parte da organização e fazendo parte. Foi essa sensação de coletividade. Então você consegue as duas coisas, ter um ponto de pertencimento para pessoas pretas, mas também um ponto de coletividade (...) [Nome do coletivo] sempre teve esse caráter de abraçar todas as pessoas. Acho que cumpriu muito bem o seu papel de ser porta voz, não só de pessoas marginalizadas, mas também de pessoas que nem sequer sabiam que tinham voz e que podiam ser protagonistas da sua vida” (Entrevista 4)

“Eu quero falar que se há alguma iniciativa, alguma ideia, seja na periferia, seja nas comunidades, se organizem. Se organizem, se estruturem e não desistam, porque os desafios vêm e são tantos que fazem com que a gente desista, mas que, quando a gente tem um ao outro, quando abraça um no outro enquanto coletividade, enquanto comunidade, a gente consegue ter forças de lutar, de buscar, de correr atrás para o nosso lugar, para o nosso povo, para a nossa comunidade. Então foi isso que fiz, assumi essa responsabilidade de (...) pensar o que eu posso fazer para o meu lugar, para o meu povo, para a minha comunidade. Qual é a minha responsabilidade?” (Entrevista 6)

Por outro lado, é importante mencionar que, no caso de uma pessoa entrevistada, a falta de apoio da comunidade foi relatada como um grande desafio que prejudicou a continuidade do grupo em questão.

Em relação aos desafios, a principal dificuldade mencionada foi a financeira. Além disso, um dos entrevistados mencionou a dificuldade de articulação, que possibilita trocar experiências e iniciar cooperações com outros coletivos. No que diz respeito a essa cooperação, outro entrevistado ressaltou que seria de suma importância que entidades maiores ajudassem as menores no fortalecimento e continuidade de seus trabalhos, o que poderia ocorrer por meio de atividades de capacitação, por exemplo, de formação política para jovens, entre outras possibilidades. Por fim, dois entrevistados mencionaram as dificuldades das entidades periféricas estruturarem suas ações no longo prazo de forma mais organizada do ponto de vista do planejamento. Um criticou ainda que as entidades periféricas muitas vezes focam seus esforços em ações assistencialistas, sem um planejamento de ações mais estruturais no longo prazo.

“Olha, eu assim, na nossa experiência, eu acho que o associativismo é um desafio, porque as comunidades, as pessoas, sobretudo as comunidades mais periféricas, estão muito acostumadas a receber assistencialismo. Então, o associativismo compreende várias coisas e é muito difícil (...). Isso é muito marcado nas periferias. Pelo menos naquela época, a gente sentia muito isso, sabe? Era uma marca do querer receber. Se você vai fazer uma reunião, a primeira pergunta em algumas comunidades é: ‘Vai ter feira? Vai ter o que para a gente?’ Então, pensar em uma coisa a longo prazo é difícil. Contar com essa coparticipação efetiva e comprometida mesmo isso é uma conquista todos os dias. Mas é um grande desafio (...).” (Entrevista 2)

As menções aos desafios de financiamento apareceram, na maioria das vezes, associadas ao diagnóstico de que faltam investimentos públicos e privados voltados às organizações periféricas e que levem em consideração suas especificidades. Uma das pessoas entrevistadas destacou também a importância de investir na capacitação dessas organizações, para que elas possam concorrer em oportunidades que surgem:

“Oficinas que o governo ofereça para que essas pessoas que estão começando, ou que já tenham tempo, também consigam se inscrever em editais. Também [seria necessário] que a maioria desses editais sejam aprovados. Mais editais para que a gente conseguisse se inscrever” (Entrevista 3)

O Estado apareceu em algumas dessas respostas, associado de formas distintas ao potencial das entidades periféricas. Primeiro, dois respondentes fizeram críticas mais contundentes ao Estado. Um deles contrapôs a atuação dessas organizações sociais à atuação do poder público, valorizando a primeira em detrimento da segunda, outro criticou a burocracia estatal, que dificulta o acesso das entidades periféricas a financiamentos ao tornar obrigatória a existência de CNPJ em alguns editais. Por outro lado, em outra entrevista foi ressaltado o fato de que pessoas oriundas das periferias passaram a ocupar espaços institucionais importantes, o que pode beneficiar as entidades periféricas e fortalecer sua atuação:

“Assim, para dentro da comunidade e também para fora, para dar visibilidade. O que a gente vem fazendo no nosso cotidiano, nosso dia a dia, as nossas ações e para o desenvolvimento também da comunidade. Porque, se for esperar pelo poder público, seja na esfera municipal, estadual, as coisas não chegam. Chega da forma deles, não da nossa forma. Então, a gente, enquanto organização, a gente faz do nosso jeito.” (Entrevista 6)

“Agora a gente está conseguindo pensar a política com alguém de dentro, mudar a máquina de fora para dentro. E é diferente de quem muda de dentro para fora. Então, hoje, ter pessoas negras, como eu estava te dizendo, pessoas que vão conseguir botar o nosso projeto em evidência lá dentro... e aí eu não falo de ser preferido ou de fazer uma panelinha. Mas é de olhar para o projeto do homem preto, da mulher preta, da mulher trans, do cara que está começando agora, com um pouco mais de sensibilidade. Apesar de os investimentos ainda não estarem chegando da forma que a gente espera na ponta, eu acho que hoje em dia a gente tem uma possibilidade mais direta, de fazer com que as coisas aconteçam. E eu sinto que isso é muito importante. Foi, e é muito importante dialogar diretamente com quem gere a verba.” (Entrevista 8)

Foi mencionada ainda a importância dessas organizações nas trajetórias individuais de seus antigos membros, fazendo com que eles se desenvolvessem no âmbito pessoal e profissional, o que tem efeitos diretos em suas realidades atuais. Do outro lado, também em relação aos membros dessas entidades, as pessoas entrevistadas relataram dificuldades oriundas das questões de saúde mental dos integrantes de grupos periféricos:

“Eles tiram de nós aquilo que é mais precioso para a gente que é a nossa saúde mental e emocional. E o que eu fico triste é que do branco eu espero tudo, sempre foi assim, desde a travessia, mas dos nossos (...) então, assim

ninguém deu continuidade. A minha preocupação era de ficar como aquela história antiga da carta de alforria e aí continuamos vagando porque não temos estrutura, sabe? Financeira, física e emocional. E o que eu não posso é me perder nisso tudo (...)" (Entrevista 5)

Por fim, é importante mencionar que mesmo após o fim dessas organizações, em muitos casos os antigos membros continuam desenvolvendo atividades em conjunto, em outras entidades.

"A gente acaba sempre se mobilizando de forma coletiva. Por mais que o [nome do coletivo] tenha encerrado as atividades, eu acabei me organizando através de um outro coletivo também. Então assim a gente vai se adaptando. Mas vai vendo que essa forma de ação é muito mais eficaz, porque uma pessoa vai ajudando a outra. Então acaba que a gente consegue alcançar muito mais pessoas." (Entrevista 13)



CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O presente informe é mais do que um relatório técnico: é um grito de alerta e um chamado à ação. A partir do trabalho contínuo da Reconexão Periferias e do maior banco de dados já produzido sobre movimentos sociais e coletivos periféricos no Brasil — com mais de mil entidades mapeadas —, este estudo lança luz sobre a realidade de noventa organizações que deixaram de existir, suas trajetórias interrompidas, seus sonhos em suspensão. Mais do que entender a descontinuidade, buscamos aqui compreender as estruturas que silenciam vozes coletivas e freiam iniciativas potentes de transformação social nos territórios. O estudo iluminou características que parecem diretamente conectadas com esse fenômeno e que merecem ser mais profundamente exploradas em outras pesquisas e iniciativas.

Os dados revelam tendências preocupantes. Coletivos culturais, especialmente compostos por jovens das periferias, são os mais afetados pela descontinuidade. A repressão policial, o desmonte das políticas públicas, a ausência de financiamento e a burocratização do acesso aos recursos institucionais constituem um cerco real ao associativismo periférico. São entraves que não apenas desmobilizam iniciativas, mas adoecem e exaurem lideranças populares.

Em relação ao tipo de organização, os coletivos e coletivos artísticos são maioria entre aqueles que deixaram de existir (quase 70%). A centralidade da cultura nessas entidades aponta que se tratam, em sua maioria, de coletivos culturais. Esse é um dado importante e, sobretudo, preocupante, pois os coletivos culturais têm aumentado sua presença nas periferias brasileiras e são de suma importância na politização das populações que vivem nesses territórios (Santos et al., 2018). Já os dados coletados sobre público-alvo e participação da comunidade indicam uma predominância da juventude nas atividades realizadas por essas organizações. Ou seja, apesar de um papel fundamental nos territórios e da presença relevante da comunidade, principalmente dos jovens, essas organizações parecem ter uma sobrevida pequena.

Em relação aos cerceamentos enfrentados, os dados quantitativos e qualitativos indicam que as entidades que deixaram de existir eram cotidianamente afetadas por situações de repressão policial. Nas entrevistas destacaram-se especialmente as menções a intervenções policiais durante eventos culturais e artísticos, o que reforça o apontamento feito acima. Além disso, chamam atenção também as situações de repressão associadas ao posicionamento político dos membros e do público dessas entidades, principalmente em épocas de eleição.

As dificuldades financeiras aparecem em primeiro plano como desafio para a continuidade do associativismo periférico. A maioria das organizações que deixaram

de existir dependiam fortemente de modalidades de autofinanciamento e financiamento coletivo e raramente acessavam outros recursos, públicos ou privados. Segundo os relatos, o financiamento faz falta não apenas para prover a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das ações (de caixa de som aos insumos para a produção de alimentos), mas também para remunerar os membros que frequentemente se desdobram em muitas atividades e enfrentam dificuldade para conciliar seus trabalhos remunerados e suas funções familiares com os compromissos do associativismo periférico. É importante ressaltar que não faltam apenas recursos, mas também a capacitação necessária para angariar e gerir recursos financeiros e humanos no cotidiano das organizações.

A maioria das organizações que deixaram de existir nunca acessaram recursos do Estado ou participaram de espaços institucionais, como os conselhos gestores, ou da produção de políticas e essa desconexão com o Estado é apontada como um grande desafio. Muitos apontam as dificuldades burocráticas enfrentadas para participar de editais ou de espaços institucionais de participação social. Por outro lado, algumas pessoas entrevistadas destacaram justamente a importância das políticas públicas que beneficiam grupos culturais periféricos implementadas nos últimos anos. Assim, a pesquisa também escancara caminhos. É preciso criar e fortalecer políticas públicas contínuas de fomento à cultura e à organização popular nas periferias, desburocratizar editais e ampliar o apoio técnico à gestão comunitária. Capacitação em captação de recursos, apoio institucional, acesso à infraestrutura básica e, sobretudo, reconhecimento: são esses os pilares para que os coletivos não apenas sobrevivam, mas floresçam.

A pandemia de Covid-19 não foi um marco trágico que impactou profundamente o tecido associativo dos territórios e está diretamente relacionada à descontinuidade de algumas entidades. Diversas pessoas entrevistadas destacaram que as dificuldades de realizar ações online, somadas às questões de saúde mental de seus membros, enfraqueceram as organizações ao longo do tempo. Mesmo passados mais de cinco anos do início da pandemia de Covid-19, é necessário investigar com profundidade seus impactos diretos e indiretos, de médio e longo prazo, sobre o associativismo nas periferias. Ainda não podemos mensurar os danos de longo prazo causados pelo isolamento, pela perda de renda e pela fragilização das redes comunitárias.

As vozes entrevistadas reforçam que a existência desses coletivos não nasce do acaso: ela emerge da insuficiência do Estado, do apagamento de direitos e da urgência de organizar resistências. Os grupos analisados ocuparam praças, ampliaram o acesso à cultura, enfrentaram o racismo institucional, ofereceram acolhimento e reencantaram as lutas em seus territórios. Tais iniciativas são um importante instrumento de

fortalecimento da luta por direitos nos territórios periféricos. Sua descontinuidade, portanto, não deve ser lida como fracasso, mas como sintoma de um modelo de sociedade que ainda falha em sustentar a potência que brota das bordas.

Conforme as entrevistas, a despeito dos desafios cotidianamente enfrentados e, por vezes, da descontinuidade no trabalho realizado, esse associativismo periférico tem sua importância reconhecida pela comunidade e seus frutos reverberam mesmo após o encerramento de algumas entidades, principalmente naquelas e naqueles que se engajaram diretamente nas atividades desses grupos territoriais. Daí a importância de fortalecer as organizações que atuam nas periferias de todo o Brasil com uma variedade de ações e temas prioritários. O associativismo periférico precisa, mais do que nunca, ser tratado como política estratégica de reconstrução social

É fundamental que governos, universidades, fundações e sociedade civil escutem o que este informe tem a dizer. É hora de construir políticas sustentáveis que respeitem o tempo, o saber e a complexidade dos territórios periféricos. As organizações populares são o centro pulsante de reinvenção política nas margens urbanas e rurais do Brasil.

Os achados deste estudo confirmam que o associativismo periférico é uma resposta concreta à exclusão, uma pedagogia da resistência e uma ferramenta de transformação social enraizada nos territórios. Reconhecer sua potência exige mais do que retórica: demanda políticas públicas adaptadas, recursos contínuos, respeito institucional e compromisso com a justiça social.

Que esta pesquisa seja ponto de partida para uma nova geração de políticas públicas, compromissos institucionais e alianças duradouras. Que o associativismo periférico seja sujeito de política e prioridade de Estado.

REFERÊNCIAS:

BRAGA, Victoria. Periferias, Cultura e Política. A centralidade dos grupos periféricos para a construção de um horizonte mais democrático. In: Paulo César Ramos, Jaqueline Lima Santos, Victoria Lustosa Braga e Willian Habermann. (Org.). Periferias no plural. 1ed.São Paulo/: Editora Fundação Perseu Abramo, 2023, v. 1, p. 45-58.

RAMOS, Paulo ; SANTOS, Jaqueline; BRAGA, Victoria ; HABERMANN, Willian. (Orgs.) . Periferias no plural. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2023. v. 1. 487p

SANTOS, Jaqueline; MORAIS, Danilo; BORGES, Juliana; CARDOSO, Danilo. Reexistir: apontamentos da articulação entre cultura e política de periferias. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2018.

